

Hora de votar a lei orçamentária

Até o final deste mês, o Congresso Nacional deverá, obrigatoriamente, votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano, um instrumento, criado pela Constituição de 1988, que estabelece os parâmetros para a montagem do Orçamento Geral da União e sua discussão e aprovação pelo Legislativo. Embora, desde que entrou em vigor, a LDO venha contribuindo para tornar o Orçamento federal mais transparente e mais equilibrado, ainda são deixadas muitas brechas que tornam o controle do déficit público, principal causa da inflação, extremamente difícil e incentivam o desperdício dos parcós recursos tributários disponíveis.

As LDOs anteriores disciplinaram direitinho o governo federal, mas não tiveram a mesma preocupação em relação à Câmara e ao Senado e seu poder de modificar o Orçamento. Com isso, o Orçamento que tem sido gerado no seio do Legislativo, depois da ingerência dos parlamentares, é um monstrengio impossível de ser colocado em prática sem desencadear a hiperinflação, ameaça que ronda a economia nacional desde o fracasso do Plano Cruzado I. Se o Orçamento deste ano fosse cumprido à risca pelo Executivo, sem o contingenciamento de verbas imposto pelo Ministério da Economia, que reduziu drasticamente os valores alocados pelos parlamentares e fez o governo trabalhar apenas com recursos de caixa, as contas públicas já teriam explodido e, com elas, a inflação.

O que acontece é que deputados e senadores, para justificar a inclusão de projetos e obras do agrado de prefeitos e governadores — e, naturalmente, pensando em seus interesses eleitorais — no Orçamento da União, superestimam as receitas que o governo deverá ter durante o ano, fazendo previsões de arrecadação totalmente irreais. Desse modo, o Orçamento, aparentemente equilibrado que eles aprovam no fim do ano, traz embutido um déficit potencial monstruoso. E não é fácil para o governo

cortar todas as monstruosidades: prefeitos, governadores e a própria população passam a considerar as obras inscritas na Constituição como de execução obrigatória e exercem fortes pressões sobre Brasília para retirar o dinheiro.

E o problema não é só esse. A avidez dos parlamentares é tanta — no ano passado foram apresentadas 72 mil emendas, das quais cerca de 10% passaram — que nem a superestimação de receitas dá para atender a tudo o que os deputados querem. Acontece, então, o que os técnicos do Ministério da Economia estão chamando de “pulverização do Orçamento”, ou seja, a distribuição das verbas para um número tão grande de projetos que as dotações se tornam infimas e não dão para fazer nada. Este ano, por exemplo, 22% dos 9.667 projetos de investimento contidos no Orçamento têm valor inferior a Cr\$ 100 milhões cada um. “Muitas vezes, as verbas não dão nem para construir o canteiro de obras” — denuncia o secretário de Planejamento do Ministério da Economia, Pedro Parente. É o caso de um projeto para estender o abastecimento de água para mais 1.747 famílias em Aracaju. De fato, é uma obra muito importante. Só que a dotação aprovada foi de **nove mil** cruzeiros. Não, não é engano, foi exatamente isto: nove notas de mil cruzeiros para o abastecimento de água de 1.747 casas! São absurdos como esse que explicam por que o governo gasta tão mal os recursos que tem e por que há tantas obras públicas incompletas no País. Os parlamentares precisam entender o óbvio: um hospital funcionando tem mais utilidade do que dez em construção.

Está na hora de o Congresso, que já disciplinou o Executivo na votação da LDO deste ano, voltar a sua atenção para a conduta dos deputados e senadores que costumam fazer uma verdadeira orgia com o Orçamento da União.

Está na hora de o Congresso se autodisciplinar.